

BRASIL

Senador

ACM culpará Arruda por quebra de sigilo de lista

■ Hoje é dia de espetáculo em Brasília com depoimento do senador às 14h30

EXPEDITO FILHO E
CARMEN KOZAK

BRASÍLIA – O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responsabilizará o senador José Roberto Arruda, ex-líder do governo no Congresso e tucano afastado, pela quebra de sigilo da sessão secreta que cassou Luiz Estevão. Televisado por emissoras transmitidas via cabo, entre elas a TV Senado, o depoimento de ACM se enquadra em algo mais do que um evento político: hoje é dia de espetáculo em Brasília.

Aos 73 anos, dos quais 47 no poder, Antonio Carlos Magalhães, estreia às 14h30, no Conselho de Ética, em mais um novo papel, o de depoente, 71 dias depois de deixar a presidência do Senado. Para afastar ou confirmar a suspeita de ter encomendado a lista de votação secreta que cassou Luiz Estevão, com a ajuda do senador José Roberto Arruda, agora réu confesso, o cacique baiano buscou o respaldo jurídico de três advogados, sendo um deles o criminalista Genaro Oliveira. Amparou-se também na opinião de marqueteiros como a de Fernando Barros presidente da Propeg, empresa baiana de publicidade. Foi com esta assessoria que redigiu um texto de 20 laudas, contendo sua versão do episódio.

O espetáculo se dará em dois atos. No primeiro, que deve durar de 20 a 30 minutos, ACM, sentado entre o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e o relator Saturnino Braga

(PSB -RJ), fará a leitura de seu pronunciamento, quebrando a rotina de falar de improviso. Ali, reinará sozinho com seu monólogo previamente escrito. Desta vez, nada da retórica intimidativa e agressiva que costumava dispensar a adversários.

No segundo ato, mais uma vez no esforçado papel de senador favo de mel, o apimentado cacique baiano vai responder às perguntas de seus colegas de bancada. Será interrogado, em primeiro lugar, pelo relator Saturnino Braga, para depois, ser inquirido pelos outros senadores membros da comissão. É aí que o espetáculo pode esquentar.

Como se sabe, a paciência de ACM é pequena em situações de temperatura alta.

Do sucesso ou insucesso desta defesa depende o destino de sua carreira política, ameaçada pelo provável processo de quebra de decoro parlamentar. Ontem à noite, o senador irritou-se com a informação de que senadores da comissão qualificavam de quebra de decoro o fato de ele ter admitido, ainda que pressionado pelas confissões da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges e do ex-líder do governo José Roberto Arruda, que teria lido a lista e rasgado em seguida, versão que deverá constar do pronunciamento de hoje.

O cacique baiano terá que ser muito convincente em sua explicação. Acredita que desatará dois complicados nós: o telefonema para Regina Célia Peres Borges no dia da cassação de Luiz Estevão e o encontro

que manteve com ela em março deste ano na casa de Isabel Flecha de Lima. Regina sustenta que o tema das duas conversas foi a violação do painel. O cacique baiano nega.

ACM continuará sustentando, com veemência, não ter partido dele qualquer determinação no sentido de pedir a diretora do Prodasen a lista que cassou Luiz Estevão. Jogará a responsabilidade sobre Arruda. Sempre. Com esse enredo, espera envolver o ex-líder tucano e criar uma atmosfera de suspeição em relação ao governo. No Palácio do Planalto, no PSDB, no PMDB, no PFL e entre carlistas, a certeza de que, com suas conhecidas evasivas, ACM poderá deixar no ar a impressão de que outras violações de sigilo podem ter sido praticadas por Arruda, com a conivência do Planalto.

O líder baiano, recomendaram conselheiros da defesa, fará um histórico do Prodasen, que era dirigido por Regina Célia. Se seguir esses conselhos, o ex-presidente do Senado lembrará, com sutileza dispensada quando convém, que o Prodasen tem estrutura independente no Senado. É pouco suscetível a pressões externas. Poderá, caso continue acreditando que a pressão por sua cassação tem respaldo do governo, detalhar ainda mais a estrutura do órgão responsável pela área de informática do Senado chegando à insinuação de que o homem-forte do Prodasen sempre foi e ainda é o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas.

O QUE ACM TEM A RESPONDER

■ A ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges e o senador José Roberto Arruda garantem que Antonio Carlos Magalhães ligou para a funcionária para agradecer pela lista com os votos dos senadores. O que dirá o senador?

– Até a confissão de Arruda, Antonio Carlos negava, com veemência, ter ligado para Regina para agradecer. Agora, segundo colaboradores, vai dizer que ligou para reclamar da indicação para o Prodasen do filho da delegada Débora Menezes, namorada de seu ex-assessor Rubens Galerani, ex-chefe da representação do escritório da Bahia.

■ O que levou Antonio Carlos Magalhães a concordar com o pedido de Regina para uma conversa reservada na casa de sua assessora Isabel Flecha de Lima? Regina sustenta que o tema era a iminência de a fraude no painel ser desvendada.

– Esse é o segundo ponto mais delicado da defesa do ex-presidente do Senado. Colaboradores da montagem da defesa de Antonio Carlos acreditam que ele continuará sustentando que, a pedido de Regina, concordou com uma rápida conversa de dez minutos. A ex-diretora, dizem carlistas, vinha manifestando temor do que considerava “perseguição” do novo presidente do Senado, Jader Barbalho. Além disso, Antonio Carlos Magalhães teria cobrado dela explicações sobre a substituição, sem licitação, da empresa responsável pela manutenção do painel, o que havia sido revelada pela imprensa poucos dias antes.

■ O senador José Roberto Arruda sustenta que decidiu procurar Regina Borges para saber da possibilidade de identificar os votos dos senadores depois de uma conversa com Antonio Carlos sobre o assunto.

– O parlamentar baiano dirá que nunca pensou ou falou nessa hipótese.

■ Arruda sustenta que não tirou cópia da lista, que a entregou a ACM e que os dois leram juntos os votos.

– ACM dirá que recebeu a lista de Arruda, que analisou nome por nome e que a rasgou em seguida. Dirá que não deu divulgação às informações dos votos por temer que isso implicasse a anulação da cassação de Luiz Estevão. E também para não atingir o governo via ataque a Arruda.

Márcia Gouthier



A cadeira que o senador Antonio Carlos Magalhães usará no depoimento no Conselho de Ética